

# Editorial

O segundo número da [Revista M.](#) traz o Dossiê temático “Morte, tradição e contemporaneidade”, organizado por Ana Stela de Almeida Cunha e Alejandro Herrera Villagra. Reúne artigos do historiador e antropólogo peruano Alejandro Herrera Villagra; do historiador português Norberto Tiago Gonçalves Ferraz; da historiadora brasileira Adriane Piovezan; da antropóloga brasileira Ana Stela Cunha; da brasileira Renata Rezende Ribeiro, da área de Comunicação Social; e da espanhola Rebeca Pardo, da área das Artes Visuais (mais especificamente da Fotografia). Ao reunir textos destas diferentes áreas do conhecimento, os organizadores nos mostram a complexidade com que as questões ligadas à tradição e à contemporaneidade vêm se apresentando no campo dos estudos sobre a morte.

Os textos deste dossiê nos possibilitam viajar aos Andes, no contexto da conquista espanhola do século XVI, a fim de identificar de que forma os tradicionais costumes fúnebres adotados pelas diversas comunidades do antigo Império Inca eram concebidos em época de progressiva e avassaladora imposição do cristianismo hispânico; passando pela Braga/Portugal do século XVIII para analisar uma das maiores tradições escatológicas do catolicismo, quais sejam as crenças e práticas em torno do Purgatório. Chega ao Brasil para compreender como a secularização das práticas e representações fúnebres aparecem nos procedimentos, rituais e devoções dos soldados brasileiros mortos na Segunda Guerra Mundial, após o ingresso do nosso país no conflito em 1942. Avançando do Baixo Congo africano para nos mostrar as reconfigurações religiosas surgidas em função dos recentes contatos entre maniangeres e chineses, ao vasto ambiente virtual do Facebook para analisar a resignificação da morte na contemporaneidade das redes sociais digitais, dois artigos vislumbram de que forma tradição e contemporaneidade – ou pós-modernidade – podem se associar numa complexa relação, que se apresenta muito



distante da forma simplista de sua interpretação enquanto posições e perspectivas antagônicas e excludentes. Esta contemporaneidade das representações sobre a morte se reveste de toda a modernidade no artigo sobre as narrativas visuais auto referenciais por ocasião de enfermidades terminais ou degenerativas as quais, na iminência da morte do paciente, vêm tornando possível a prática do chamado luto antecipado. É desta forma que, dos relatos etnográficos e netnográficos às representações visuais, passando pela área da comunicação, podemos compreender neste Dossiê de que forma o morrer se descortina numa complexa relação entre representações contemporâneas e tradicionais.

Entre os *Artigos Livres*, a diversidade interdisciplinar dos estudos sobre a morte, os mortos e o morrer aparece em quatro artigos.

Em *Os álbuns fúnebres de Basílio Jafet: vocação pública e razão identitária de um monumento doméstico*, Luiz Lima Vailati analisa os álbuns elaborados pelos familiares do empresário libanês Basílio Jafet para registro das exéquias fúnebres, missa de sétimo dia e homenagens póstumas que lhe foram feitas por ocasião de seu passamento, em 1946. Embora destinados a manter as lembranças do patriarca falecido, o autor analisa a confecção dos álbuns – e sua doação ao Museu Paulista décadas depois – enquanto um ato autobiográfico de vocação pública, portador da estratégia familiar de integração social dos Jafet às elites paulistas da época, bem como de afirmação identitária da comunidade árabe (sobretudo libanesa) no Brasil da primeira metade do século XX. Nesse sentido, o texto demonstra de que forma os álbuns podem ser compreendidos enquanto “artefato funerário” destinado não só ao culto familiar dos mortos, mas também voltado para a construção e afirmação de uma dada memória como parte de um culto cívico dos mortos.

No artigo *Entre Categas e Mundiças: os primeiros cemitérios oficializados de Porto Velho (RO)*, Mara Genecy Centeno Nogueira discute do ponto de vista da Geografia os dois primeiros cemitérios de Porto Velho, no estado brasileiro de Rondônia. Manejando o conceito de territorialidade, a autora o aplica aos dois espaços de sepultamento, identificando de que modo foram engendrados de acordo com as especificidades sócio espaciais da cidade. Revestidos de arquitetura tumular mais simples em relação à presente nos cemitérios das grandes capitais (com suas notáveis obras de arte), cada necrópole destinava a um grupo específico: a da Candelária destinava-se aos Categas, como eram conhecidos os funcionários da Estrada de ferro Madeira-Mamoré (cujas obras de construção se iniciaram em 1907), e comerciantes, vindos “de fora”; enquanto o dos Inocentes (surgido oficialmente em 1915) se destinava ao sepultamento dos demais moradores de Porto Velho sem vínculo empregatício com a ferrovia, chamados de Mundiças em alusão à sua pobreza e mínimas condições de higiene. É a partir desta diferenciação que Mara Nogueira tece uma instigante análise sobre de que forma estes dois territórios da morte tiveram suas trajetórias permeadas pela dimensão simbólica e histórica de seu tempo, evidenciadas nos relatos orais por ela analisados. Relatos que descortinam as territorialidades daqueles espaços que, para além de serem erguidos como local de deposição de cadáveres, se instituíram enquanto lugares nos quais as memórias dos mortos seriam constantemente tecidas pelos vivos.

Na área do Direito, Luciana Dadalto propõe a discussão das chamadas Diretivas



Antecipadas de Vontade (DAV), em *A necessidade de um modelo de diretivas antecipadas de vontade: estudo comparativo dos modelos português e franceses*. Constituídas ainda como novidade no Brasil, tratam-se dos documentos de manifestação de vontades dos pacientes em fim de vida com vistas a instruir por escrito os cuidados que esperam ter por ocasião de doença terminal. Destinados a serem seguidos quando o médico determinar que o paciente não é mais capaz de decidir sobre os cuidados médicos que deverá ter, funcionam como uma espécie de testamento vital a fim de definir os cuidados, tratamentos e procedimentos médicos que o paciente deseja ou não para seus últimos momentos. Surgidas nos Estados Unidos, por volta da década de 1960, as DAV representam o reconhecimento da autonomia do paciente terminal, evidenciando uma substancial transformação na relação médico-paciente até então dominada pela supremacia técnica do primeiro. No artigo, Dadalto compara as DAV portuguesa e francesa, argumentando que podem ser consideradas de fundamental importância no processo de construção de um modelo brasileiro. Enquanto o Brasil não possui uma lei sobre as DAV, tais práticas são conduzidas nos hospitais por meio da interpretação sistemática do ordenamento jurídico brasileiro e do reconhecimento judicial da validade das declarações feitas através de uma Ação Civil Pública.

Por fim, no artigo *Espacio y tiempo en las representaciones infantiles de la muerte*, os argentinos Ramiro Tau e Alicia Lenzi analisam, pelo olhar da Psicologia, as representações sobre a morte humana em crianças argentinas na faixa etária de 5 a 10 anos, pertencentes a famílias religiosas e ateias de classe média. Para Tau e Lenzi, entre os momentos que antecedem e sucedem a morte é possível reconhecer uma espacialidade e temporalidade que representam dois eixos do desenvolvimento da compreensão da morte. A partir deste pressuposto, os autores manejam e partilham a psicologia genética piagetiana, ao apresentarem os resultados da investigação empírica acerca do desenvolvimento do conhecimento infantil sobre a finitude pelo olhar de como as crianças manejam o conhecimento que possuem sobre a morte, compreendida enquanto lugar ou espaço (e não em termos biológicos ou de representações religiosas) e enquanto sequência temporal (em termos da organização temporal dos fatos, das explicações, motivações e razões para a morte).

Na seção *Em Campo*, o texto *Escavando um cemitério oitocentista em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil* apresenta o relato de Pedro Meirelles sobre sua experiência ocorrida, entre 2011 e 2012, no processo de escavações arqueológicas do terreno da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (construída entre 1865 e 1888 e erguida sobre o terreno do antigo cemitério da Matriz desta cidade). A descrição das atividades ali desenvolvidas no processo de perscrutação do terreno demonstra a grande riqueza que a atividade arqueológica pode trazer aos estudos dos costumes fúnebres dos séculos passados. As escavações desenterraram literalmente as antigas práticas de sepultamento escondidas sob várias camadas do tempo que recobriram o antigo cemitério e nos mostram visualmente o que os registros paroquiais de óbito e testamento, por mais completos que venham a ser, não nos possibilitam ver: os locais e a forma pela qual os fiéis católicos eram efetivamente sepultados nos chãos das igrejas e do seu entorno. Seu texto contribui para dirimir dúvidas e até mesmo desfazer argumentos até então consolidados e disseminados pela bibliografia sobre os antigos cemitérios de Porto Alegre.

As *Resenhas* deste segundo número da *Revista M.* são feitas por estudiosos da área da Arquitetura e do Urbanismo que nos apresentam dois livros que enfocaram a morte de perspectivas inovadoras.

Em *A Casa da Morte*, Ricardo Ramos Assumpção comenta o livro de Marcelo GODOY, “A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar” (publicado em 2014), que se dedica a investigar a estratégia militar e as táticas adotadas pelo DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna) para combater a resistência à Ditadura Militar brasileira. Um dos enfoques do livro é sobre a chamada “Casa da Vovó”, codinome pelo qual os militares chamavam o antigo edifício do DOI-CODI de São Paulo, localizado no nº 921 da Rua Tutoia, na Zona Sul da capital paulista, que foi um dos principais centros de tortura do regime militar. Local de prisão de cerca de 5.000 pessoas (dentre as quais a presidente da República, Dilma Rousseff, em 1970) e de morte de pelo menos 66 presos políticos, inclusive do jornalista Vladimir Herzog. Tombado em 2014 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) do Estado de São Paulo, é considerado por Assumpção como um marco significativo na disputa pela memorialização dos espaços relacionados à violação dos direitos por parte do Estado, bem como aos movimentos de resistência à ditadura.

No texto que intitulou de *A cremação como escolha: o caso do contexto romeno*, Aline Silva Santos resenha o livro do romeno Marius ROTAR, “History of Modern Cremation in Romania” (publicado em 2013), que aborda a história da cremação na Romênia. Enfocando diferentes conjunturas que passaram pelo contexto do Entreguerras (quando do desenvolvimento da campanha crematória em torno de 1923 e da instalação do primeiro forno crematório em 1928), pelo período comunista (entre 1947 e 1989) e pós-comunista (de 1989 até a atualidade, quando foi criado o segundo forno crematório, em 1994, que substituiria o anterior a partir de 2002), Rotar analisa as diferentes posturas frente à incineração de cadáveres num país dominado pelo catolicismo ortodoxo. Situação que implicou significativas limitações ao crescimento da cremação para se dar destino aos cadáveres naquele país e explica a inserção do autor nas lutas políticas para incremento da prática, ao criar a Associação Romena de Cremação com objetivo de promover um crematório na região da Transilvânia. Especialista no estudo do crematório de São Paulo (o primeiro do Brasil, criado em 1974), Aline Santos compara a situação da cremação apresentada por Marius Rotar à do Brasil, com seus mais de 40 crematórios presentes atualmente em todo o país.

São estas as variadas abordagens que este segundo número da *Revista M.* nos traz, nos convidando a ampliar nossas visões e análises sobre a morte, os mortos e o morrer nas diferentes sociedades e épocas.

Claudia Rodrigues  
Editora-chefe

